



Recebido em: 26/04/2024

Aprovado em: 22/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E SUAS CRISES ENQUANTO PROJETOS

THE POLITICAL DIMENSION OF EDUCATION AND ITS CRISES AS POLITICAL PROJECTS

LA POLITIKA DIMENSIO DE EDUKADO KAJ ĜIA KRIZO KIEL PROJEKTOJ

Vicente Estevam Sandeski¹¹Carliane Oliveira Carvalho¹²

Resumo

O artigo investiga as crises da educação no Brasil como parte de um projeto político, analisando a educação enquanto arena de disputas ideológicas e culturais. Fundamentado na teoria de Antonio Gramsci sobre hegemonia, o trabalho argumenta que as crises educacionais são, em grande medida, resultado de projetos deliberados de controle social e cultural pelas classes dominantes. A educação, nesse sentido, não apenas reflete as tensões políticas e econômicas, mas é também moldada por elas, funcionando como instrumento de reprodução das estruturas de poder. Ao examinar o papel dos meios de comunicação de massa na consolidação de uma sociabilidade

11 Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP (2016). Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo UPF (2006). Especialização em Didática Aplicada a Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação do Rio de Janeiro – CEFET-RJ (1996). Especialização em Gestão Pública MEC/IFPR – (2013). Graduado (bacharelado e licenciatura) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (1986). Diretor Geral do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – CAFW/UFMS (1997-2003). Diretor Geral do Campus Umuarama – IFPR (2010-2013). Diretor Geral Campus Colombo – IFPR (2013-2014). Diretor Geral Campus Pitanga – IFPR (2018). Diretor Geral Campus Assis Chateaubriand – IFPR (2019-2023). É professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Email: vicentesandeski@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2291510727070681>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9464-6897>

12 Procuradora Federal Chefe na Procuradoria Federal Junto ao Instituto Federal do Paraná-IFPR. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2019), Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2014). Especialista em Direito Processual Civil. Autora de livros jurídicos e de livros literários. Palestrante. Professora em Direito do Estado, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Administrativo. Integrou a Comissão da Advocacia Pública da OAB-PR, como relatora. Integrou a Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR. Integra a Comissão da Mulher da Associação Nacional dos Advogados Públicos-ANAFE. Integra o Programa de Auxílio à Prevenção e de Combate ao Assédio Sexual nas Autarquias e Fundações Públicas Federais da Procuradoria-Geral Federal-AGU. Atuação especializada em questões de direito do Estado e de enfrentamento ao assédio sexual. Email: carlianec@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0358891658393309>; <https://orcid.org/0009-0007-7041-3360>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

homogênea e alienada, o artigo discute como a educação é instrumentalizada para sustentar a hegemonia das elites. O estudo se propõe a questionar que se beneficia com as recorrentes crises no processo educacional e como elas se relacionam com a fragilidade da sociedade civil e a desorganização política dos trabalhadores. Como alternativa, o texto sugere que a superação dessas crises depende de uma educação crítica e emancipadora, vinculada à organização política dos trabalhadores e à construção de uma nova hegemonia, que desafie o status quo.

Palavras-chave: Política Brasileira. Projeto de Crise. Crise na Educação.

Abstract

This article investigates the educational crises in Brazil as part of a political project, analyzing education as an arena of ideological and cultural disputes. Based on Antonio Gramsci's theory of hegemony, the work argues that educational crises are, to a large extent, the result of deliberate projects of social and cultural control by the dominant classes. Education, in this sense, not only reflects political and economic tensions but is also shaped by them, functioning as an instrument for reproducing power structures. By examining the role of mass media in consolidating a homogeneous and alienated sociability, the article discusses how education is instrumentalized to sustain the hegemony of elites. The study aims to question who benefits from the recurrent crises in the educational process and how they relate to the fragility of civil society and the political disorganization of workers. As an alternative, the text suggests that overcoming these crises depends on a critical and emancipatory education, linked to the political organization of workers and the construction of a new hegemony that challenges the status quo.

Keywords: Brazilian Politics. Crisis Project. Educational Crisis.

Resumo

La artikolo esploras edukajn krizojn en Brazilo kadre de politika projekto, analizante edukadon kiel arenon por ideologiaj kaj kulturaj disputoj. Surbaze de la teorio de Antonio Gramsci pri hegemonio, la laboro argumentas ke edukaj krizoj estas, en granda mezuro, la rezulto de intencaj projektoj de socia kaj kultura kontrolo de la dominaj klasoj. Edukado, tiusence, ne nur reflektas politikajn kaj ekonomiajn streĉitecojn, sed ankaŭ estas formita de ili, funkciante kiel instrumento por reprodukti potencostrukturojn. Ekzamenante la rolon de amaskomunikiloj en plifirmigado de homogena kaj fremdigita sociebleco, la artikolo diskutas kiel edukado estas instrumentigita por daŭrigi la hegemonion de elitoj. La studo proponas pridubi, kiu profitas de ripetiĝantaj krizoj en la eduka procezo kaj kiel ili rilatas al la fragileco de la civila socio kaj la politika malorganizo de laboristoj. Alternative, la teksto sugestas, ke superi tiujn krizojn dependas de kritika kaj emancipa edukado, ligita al la politika organizo de laboristoj kaj la konstruado de nova hegemonio, kiu defias la status quo-on.

Ŝlosilvortoj: Brazila Politiko. Kriza Projekto. Krizo en Edukado.

INTRODUÇÃO

“Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a



mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español.”¹³

Este artigo busca examinar a intrínseca relação entre política e educação à luz dos escritos de Antonio Gramsci, com especial atenção à educação como expressão das relações de hegemonia. A análise enfoca o papel da hegemonia cultural na construção de uma sociabilidade dominada pelas classes hegemônicas, evidenciando como os meios de comunicação de massa atuam na formação de um pensamento homogêneo e submisso ao sistema capitalista.

Partindo da reflexão sobre o contexto atual brasileiro, marcado por uma crise educacional que beneficia interesses de dominação, o texto propõe investigar as alternativas de superação dessa crise. Para tanto, utiliza-se das teorias de Antonio Gramsci, Álvaro Vieira Pinto e Anita Schlesener, no intuito de discutir o impacto do projeto político neoliberal no sistema educacional, que aprofunda a subserviência da educação ao capitalismo.

Faz-se necessário acentuar que Antonio Gramsci (1891-1937) atuou e refletiu sobre a realidade italiana e europeia do início do século XX, num contexto econômico e social caracterizado pela implementação do fordismo e por políticas essencialmente autoritárias, em confronto com um movimento operário que se organizava pela revolução socialista. A relação entre política e cultura nos escritos de Gramsci evidencia tanto a importância quanto as dificuldades de organização política dos trabalhadores no contexto de uma sociedade civil enfraquecida pelo constante processo político centralizado e paternalista, por um elitismo dos intelectuais e pela ação da Igreja Católica.

Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), destacado filósofo e professor universitário, atuou intensamente no meio acadêmico junto aos estudantes e com expressiva atuação junto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante as décadas de 1950 e

13 O juramento de Bolívar ocorreu em 15 de agosto de 1805, nos arredores de Roma. O próprio local – a colina do Monte Sacro –, escolhido em conjunto para a ocasião solene, já constituía uma indicação da natureza do compromisso histórico do jovem Bolívar. Pois foi precisamente na colina do Monte Sacro, 23 séculos antes, que consta ter ocorrido o protesto revoltoso dos plebeus contra os patrícios da Roma Antiga, sob a liderança de Sicínio.

“Juro diante de ti, juro pelo Deus de meus pais, juro pelos meus antepassados, juro pela minha honra e juro pela minha pátria que não permitirei que nem o meu braço nem a minha alma descansem até termos rompido os grilhões que nos oprimem por vontade do poder espanhol.” Ver maiores informações em: (Mészáros 2011, p. 91).



1960, em um período de intensas transformações econômicas e políticas no Brasil. Em razão disso, os direitos políticos dele foram cassados, levando-o ao exílio, mas sua obra permaneceu profundamente influente, marcada por uma crítica incisiva às universidades e ao papel submisso da educação diante do imperialismo. Pinto é reconhecido pela defesa da “consciência nacional”, buscando uma educação que não apenas forme tecnicamente, mas que também emancipe politicamente o povo brasileiro, especialmente no contexto de subdesenvolvimento e dependência econômica.

Por sua vez, Anita Helena Schlesener, professora e pesquisadora contemporânea, trabalha com uma abordagem crítica ao analisar as forças políticas e sociais que moldam a educação. Schlesener se destaca pela habilidade em interligar diferentes tempos históricos, compreendendo as correlações de forças que atuam na sociedade capitalista, e por seu foco em como a hegemonia cultural afeta a construção do conhecimento e a reprodução das relações de poder.

Uma das questões levantadas neste artigo é se a atual¹⁴ crise educacional é realmente uma crise ou se faz parte de um projeto deliberado que visa reconfigurar o papel da educação na sociedade. Esse questionamento ressalta a importância de uma postura crítica e da necessidade de o indivíduo se posicionar para enfrentar os desafios que ela impõe.

A análise da interseção entre política e educação no contexto atual exige uma reflexão sobre as influências políticas e econômicas externas, como o impacto do imperialismo. Esse sistema, em sua natureza expansionista, molda as políticas educacionais de forma a atender a interesses específicos do grupo de poder. Isso aponta para um projeto educacional que procura reconfigurar a educação conforme a lógica de dominação presente na sociedade brasileira.

Um exemplo claro dessa influência está nas exclusões e inserções constantes de disciplinas como sociologia, filosofia e antropologia nos currículos acadêmicos. Essas disciplinas, que incentivam o pensamento crítico, são frequentemente marginalizadas, refletindo uma tendência em direção a uma educação

14 Neste artigo, estabelecemos um recorte temporal que abrange o período de 1980 até 2024. Essa fase foi caracterizada pelo aprofundamento das políticas neoliberais, que começaram a se intensificar na década de 1980 e continuaram a moldar a dinâmica econômica e social do Brasil até os dias atuais.



predominantemente técnica. Isso demonstra um afastamento do desenvolvimento de uma formação crítica e cidadã

O "Novo Ensino Médio"¹⁵ é um exemplo de como a reconfiguração educacional favorece uma formação técnica e instrumental. Esse modelo prioriza habilidades práticas em detrimento de uma formação mais ampla, que valorize a crítica social e a construção de uma consciência cidadã. A exclusão de disciplinas críticas sinaliza que a crise educacional não é um evento isolado, mas parte de um projeto político maior e deliberado.

Nos últimos anos, a educação tem sido palco de intensos debates e disputas políticas, revelando as complexas interseções entre ideologias, políticas públicas e transformações sociais. Por essa razão, a importância em explorar como as crises educacionais são construídas e instrumentalizadas politicamente, investigando se são inevitáveis ou se fazem parte de um projeto maior de transformação social.

A resposta aqui proposta não pretende ser definitiva, mas busca trazer a questão para o campo de criticidade e debate, alinhada ao princípio da refutabilidade sugerido por Karl Popper (2004, p. 13-14). O objetivo, neste momento, é promover uma discussão necessária sobre os rumos que a educação brasileira está tomando, ou poderia tomar, e explorar possíveis soluções que atendam ao real interesse da sociedade.

A análise desenvolvida parte de um entendimento crítico do sistema capitalista e suas implicações. Embora os autores citados para embasar este trabalho pertençam a diferentes contextos históricos, suas abordagens convergem para a compreensão de que as características fundamentais do capitalismo permanecem invariáveis ao longo do tempo. Problemas como as fissuras sociais, o descontrole inflacionário e a distribuição desigual dos recursos públicos são recorrentes nesse sistema, independentemente da época analisada.

E, por sua vez, a ideológica e simples redução da participação do Estado nas questões sociais, como defendido pelos adeptos do "Estado mínimo", não é suficiente para restabelecer a ordem econômica esperada.

DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

15 BRASIL. Ministério da Educação. 2024. E conferir, Dossiê novo Ensino Médio: tensões, disputas e implicações educacionais 2024.



A dimensão política da educação está diretamente ligada ao conceito de hegemonia, entendida como uma forma de exercício de poder baseada na relação entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral. A formação para a vida ocorre dentro de um movimento histórico em que se instituem determinadas relações de poder e modos de percepção da realidade, ajustados aos interesses do modo de produção vigente. (Schlesener, 2020, p.10)

Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental como um dos aparatos de formação cultural, contribuindo para a consolidação da hegemonia dominante, ao mesmo tempo em que oferece a possibilidade de formação de uma consciência crítica.

Para as classes trabalhadoras, a escola possibilita o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, mas essa aprendizagem é realizada dentro dos limites de uma instituição que, sob as condições das relações hegemônicas, tende a se alinhar aos objetivos do modo de produção capitalista.

Conforme argumenta Schlesener (2020, p.10), “a dimensão política da educação define-se a partir da compreensão da hegemonia como uma forma de exercício do poder que se concretiza pelo equilíbrio entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral.” A hegemonia, portanto, não se sustenta apenas pela força, mas também pelo consenso, pela aceitação social da legitimidade do poder dominante. Assim, as decisões sobre o que se ensina, como se ensina e por quem são questões essencialmente políticas, refletindo e reforçando as relações de poder e as ideologias dominantes.

Entender a educação como uma prática política implica reconhecer que ela é um campo de disputa, onde diferentes grupos competem para definir quais conhecimentos e valores devem ser promovidos. Nesse sentido, Schlesener destaca que “a escola apresenta-se como um dos aparatos de formação cultural para a consolidação da hegemonia, mas também com perspectivas de formação de consciência crítica” (2020, p.10). Portanto, a educação, longe de ser neutra, é moldada por forças políticas e sociais que buscam ora manter ora contestar a ordem vigente.

Esta análise está fundamentada no contexto contemporâneo da educação brasileira, caracterizado por uma conjuntura de desafios complexos, resultantes de cortes orçamentários, instabilidade política e intervenções ideológicas. Nesse cenário, emergem narrativas governamentais que, sob a justificativa de oferecer “soluções” para



os problemas educacionais, têm alcance limitado, frequentemente mediadas e amplificadas por mecanismos de controle midiático.¹⁶

O atual Governo Federal sinaliza uma retomada de projetos voltados à educação, com foco em investimentos em ciência e tecnologia, entretanto essas medidas ainda carecem de concreticidade. Segundo Edmundo Fernandes Dias, muitas dessas ações podem ser interpretadas como "revolução passiva", ou seja, mudanças que ocorrem sem um rompimento efetivo com a estrutura de poder dominante. (Dias, 2012).

Dada a natureza política das ações governamentais, é imperativo questionar para qual direção o sistema educacional brasileiro se inclina e a quem ele serve. Afinal, as decisões educacionais refletem os interesses de grupos específicos, e a educação, como ação do Estado, é intrinsecamente política.

Conforme afirmou Gramsci, a relação do ser humano com sua vida exige uma capacidade de "ler o real", o que implica uma intervenção intelectual constante:

"Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual; não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Todo homem, fora de sua profissão, realiza uma atividade intelectual qualquer: é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, a sustentar ou a modificar uma concepção de mundo, isto é, a suscitar novos modos de pensar" (Gramsci, 1975, p. 1550-1551).

Como ponto central desta análise, é fundamental reconhecer que a luta de classes, ainda que muitas vezes invisibilizada, permanece sendo uma realidade inescapável dentro do sistema capitalista atual. As desigualdades sociais, profundamente enraizadas nas estruturas desse sistema, criam e reforçam barreiras que dificultam a compreensão e a percepção consciente dessa luta.

Essas barreiras, por sua vez, são instrumentalizadas para manter a hegemonia dominante, tornando ainda mais relevante a análise crítica inspirada nas ideias de Marx (2013). Por isso, a obra de Carl Marx continua a oferecer um importante referencial teórico para compreender como as desigualdades estruturais são perpetuadas e legitimadas, especialmente no campo da educação.

16 O período de maior incidência foi no interstício de 2016 a 2022. (CENTRO METRÓPOLI. 2024). Conferir o "retrocesso na educação marca o fim do governo Bolsonaro. (CORREIO BRASILIENSE, 2024). Conferir, o desastre da educação no Governo Bolsonaro, (CNTE. 2024).



INTERESSES DISTINTOS QUE CONDUZEM O PROJETO EDUCACIONAL

O sistema educacional brasileiro tem passado por diferentes fases ao longo das últimas décadas, algumas marcadas por avanços no desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora¹⁷, enquanto outras revelam movimentos contrários, aparentando a intenção de limitar a capacidade crítica e a autonomia intelectual da população.

Desse modo, nesta oportunidade, nos dedicaremos a investigar as forças que conduzem a direções divergentes, destacando a existência de interesses políticos e econômicos que, em determinados contextos, parecem contribuir para um projeto que busca restringir a consciência crítica das massas. Assim, propõe-se elucidar como certas políticas educacionais refletem um processo que pode ser compreendido como um projeto de “deseducação”, no qual o foco se desloca da formação crítica para uma educação exclusivamente técnica e instrumental.

Conforme destaca Hannah Arendt (1906-1975), “por mais claramente que um problema geral possa se apresentar em uma crise, ainda assim é impossível chegar a isolar completamente o elemento universal das circunstâncias específicas em que ele aparece” (2020, p. 223). A par dessa constatação, Arendt destaca o fato de que, ainda que a crise na educação seja uma realidade ampla, na América ela toma contornos especiais, em razão de que “apenas aqui, uma crise na educação, poderia se tornar realmente um fator na política”. (Silva Filho, 2024)

As “crises” no sistema educacional¹⁸ têm origem em aspectos estruturais e culturais, tais como: disciplinamento, conformidade com afazeres alienados e parcelados, na submissão, bem como, na aceitação da delegação em detrimento do protagonismo. Segundo Vieira Pinto, “ficamos cantonados em uma compreensão de nós

17 Entende-se por educação crítica, no sentido exposto por Karl Popper, aquela educação na qual os conceitos são submetidos a uma refutabilidade, ou seja, são criticados e submetidos a uma verificação de verdade teórica, dentro do possível para cada área do conhecimento. A partir da percepção de que o indivíduo tem pleno conhecimento sobre determinado assunto, ele passa a ter condições para se posicionar em relação a ele de forma livre, sem que isso decorra de manipulações políticas, por exemplo, torna-se autônomo. Trata-se de uma forma de emancipação do indivíduo, ao passo em que, consciente de suas ações e posicionamentos, terá melhores condições de contribuir para a sociedade. Esse entendimento, complementa-se pela posição de Gramsci no sentido de que a educação aliena sucumbe-se ao papel de instrumentalizar o capitalismo com mão de obra, uma função utilitarista da educação, desconsiderando o potencial dos indivíduos de agirem como agentes políticos, no sentido de se conduzirem, de atuarem socialmente de forma efetiva.

18 Segundo Darcy Ribeiro “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (1986, p. 20).



mesmos produzida a partir de ângulos parciais”, a perspectiva educacional, traz em si uma percepção de Brasil, e, continua Vieira, “nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão”. E segundo ele, pode ser mais grave, quando se tenta abranger o conjunto da realidade brasileira e seus tempos históricos, fá-lo de “meramente descritiva” sem a perspectiva das “correlações” de força. (1959, p. 13).

A crise expressa na conformidade com afazeres alienados, a divisão do trabalho pedagógico e a alienação dos sujeitos educacionais. O processo educacional se fragmenta em tarefas mecânicas e desconectadas da realidade concreta dos alunos e professores, resultando em uma educação que reproduz a alienação social e econômica, como apontado por Karl Marx em suas análises sobre o trabalho alienado. Diz ele, que a alienação do trabalho e de seu produto, significa: “não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonica. (Marx, 1964, p. 160).

O trabalho alienado impede o sujeito de entender as correlações, compreender-se no processo e controlar as suas ações, segundo Marcuse, aliena-se na estrutura, isso é “deforma todas as faculdades humanas” e Marcuse, acrescenta:

O trabalhador alienado do seu produto está, ao mesmo tempo, alienado de si mesmo. Seu próprio trabalho não é mais seu, e o fato de que se torne propriedade de outro anuncia uma expropriação que atinge a essência mesma do homem. O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscreve a satisfação” (Marcuse, 1988, p. 255-256).

O trabalhador não se reconhece em seu trabalho, ele se torna um objeto estranho a si mesmo, segundo Marx, “não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (Marx, 1964, p. 162). Segundo Terry Eagleton, o capitalismo inverte os objetos, torna um sujeito “determinado pelas próprias produções”, são formas de manter o poder de um sobre os outros: “O sujeito humano



cria um objeto, o qual se torna então um pseudo-sujeito capaz de reduzir seu próprio criador a algo manipulado” (Eagleton, 1999, p. 33).

A crise também se expressa na tendência de os indivíduos renunciarem ao papel ativo no processo educacional, delegando a responsabilidade a figuras políticas. Essa falta de protagonismo dos estudantes e até mesmo dos educadores compromete o desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora, como defendido por Paulo Freire em sua concepção de educação libertadora.

A crise educacional, sob a ótica de Gramsci, pode ser entendida como resultado de uma lógica tecnicista e competitiva, que reflete os interesses das classes dominantes na manutenção da hegemonia cultural. A educação, em vez de promover o pensamento crítico e a emancipação, é orientada por valores liberais burgueses que priorizam a formação de mão de obra adaptada às exigências do mercado e do progresso econômico. Esse modelo, ao reduzir o processo educativo a uma função instrumental e utilitária, desconsidera a capacidade dos sujeitos de atuarem como agentes transformadores da sociedade, perpetuando, assim, a ordem estabelecida e a subordinação das classes subalternas.

Nesse sentido, segundo Schlesener, Gramsci foi um político que explicitou uma pedagogia da emancipação humana para a construção de uma nova ordem social e política. “A noção gramsciana de política amplia a noção implícita nos escritos de Marx e enraíza-se na tradição política moderna, na qual o poder se consolida como relação de domínio do homem sobre o homem e do homem sobre a natureza”. (Schlesener, 2009, p.17).

Portanto, a educação faz parte de um processo amplo, repleto de fissuras nas quais vai se forjando novas concepções de mundo, compreendidas em seu processo histórico e pressupostos teóricos.

Para Gramsci a educação não se separa da luta pela hegemonia, da ação política que possibilita ampliar a compreensão das condições das contradições da sociedade capitalista e pensar em novas estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana. (Schlesener, 2009, p.21).

Entende-se que para Gramsci, não há uma separação rígida entre pensamento, sociedade e natureza, pois todos fazem parte de um processo histórico de construção de relações de poder. A educação, nesse sentido, é uma arena onde se manifestam e se



disputam forças hegemônicas, articulando-se com as estruturas sociais e políticas dominantes.

No contexto brasileiro atual, o processo educacional reflete uma estrutura conservadora que atravessou a história do país e se intensificou nos últimos governos.¹⁹ Esse cenário é marcado por uma série de “crises”, que vão desde cortes orçamentários a intervenções pedagógicas de caráter ideológico, evidenciando o controle da educação por forças alinhadas a projetos neoliberais que buscam desarticular o caráter emancipador da formação crítica.

Além das frequentes alterações curriculares, impostas por meio de legislações que ora excluem, ora reincluem disciplinas com conteúdo propedêutico, observa-se uma tendência preocupante na condução da educação: a adaptação mecânica às exigências do mercado de trabalho. Essa abordagem não apenas ignora as investigações de natureza social que buscam uma perspectiva emancipatória, mas também empobrece o potencial crítico dos discentes. A educação, em vez de ser um espaço de reflexão e questionamento sobre as dinâmicas sociais atuais, torna-se um mero instrumento de formação para a força de trabalho, limitando a capacidade dos alunos de interagir de maneira crítica e transformadora com a realidade em que estão inseridos.

Além disso, as políticas de austeridade e contenção aplicadas nos últimos anos intensificaram a marginalização de grupos sociais e movimentos que se opõem à exploração e entrega das riquezas nacionais. Como aponta Mattos (2022), tais medidas têm aprofundado a exclusão social e minado o papel da educação como um instrumento de transformação e inclusão social, enfraquecendo a função política e econômica que a educação possui no processo de construção da cidadania.

Essas alterações e restrições se encontram fundadas na noção de crise. Um dos sentidos da crise aqui mencionado, é o da autoridade ameaçada, daquela que vê a estrutura social da qual resulta o poder dela em risco, e busca medidas para restabelecê-la, perpetuando a estrutura posta. Assim é importante questionar acerca da legitimidade democrática dessas medidas de contenção de crise que afetam a sociedade como um todo e não a elite que se vê ameaçada. (Carvalho, 2020, p. 35-36).

19 O período mencionado reposta-se os anos de 2016 a 2022, períodos que impactaram decisivamente as ações democráticas da nação brasileira. – (REPOD. 2023)



Ao par dessa questão, que não receberá maiores detalhamentos nessa oportunidade, nota-se que o que se tem retratado na política educacional é justamente a busca da perpetuação do sistema conservador estabelecido. Isso pois, também no período de 2016-2022, verificou-se no governo medidas de entreguismo, reflexo de política de extrema direita; bem como ações para extinguir o pouco de poder empresarial que ainda há gerenciado pelo Estado. Tudo isso por meio de atos de privatizações, ajustes fiscais acompanhados da dependência das políticas externas e dos fundos econômicos, a total desregulamentação dos fluxos financeiros, o capital girando sem o controle do estado fugindo do fisco com danos graves ao processo produtivo. (Mattos, 2022).

Há também o sentido de crise política, ou crise moral (Cowan, 2014), que, dentre outras formas, manifesta-se como crise de credibilidade nos representantes políticos, cujo cinismo não se preocupa em esconder as barganhas em nome de interesses econômicos, interesses de grupos que fazem parte, em detrimento da defesa de um país, de suas riquezas e do bem-estar da sociedade brasileira; fato que na realidade cotidiana do Brasil se desdobra em descrença nas próprias instituições trazendo à luz a fragilidade da democracia representativa.

Um exemplo dessa dinâmica é a crise moral²⁰ que atravessou o último governo²¹, aprofundando o desequilíbrio sistêmico e ampliando as disparidades

20 “Importante destacar que a crise moral não se desenvolve sozinha, normalmente, contextualiza-se com outros movimentos de rompimento da estabilidade, como, por exemplo, a crise econômica. É o que afirmam Iolmar Alves Baltazar e Márcia Kriscke Matzembacher acerca do momento sócio-jurídico-político de crise vivenciado em 2017 no Brasil, na oportunidade do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando se vivia uma “crise de valores, culturais e espirituais, uma verdadeira crise civilizatória, amparada num modelo econômico financeirizado e rentista sem base sustentável que acaba atingindo as bases democráticas”. (Carvalho, 2020, p. 61)

21 Essas ponderações destacadas são correspondentes a complexidade do cenário educacional brasileiro entre 2016 e 2022. Dentre muitas: a) O **Desfinanciamento da Educação** - durante esse período, ocorreu significativos cortes no orçamento destinado à educação, impactando diretamente a qualidade do ensino e a infraestrutura das escolas. A Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos, teve efeitos drásticos, comprometendo investimentos em áreas essenciais como a educação básica e superior. b) **Desigualdade Acentuada**: A crise econômica e os cortes orçamentários exacerbaram as desigualdades existentes no sistema educacional. As escolas públicas, especialmente em regiões mais vulneráveis, enfrentaram desafios ainda maiores em termos de recursos, infraestrutura e qualidade de ensino, enquanto as instituições privadas se beneficiaram de um maior fluxo de alunos. c) **Políticas de Ensino à Distância (EAD)**: A pandemia de COVID-19 forçou uma rápida transição para o ensino remoto, revelando tanto o potencial quanto as limitações da Educação a Distância. Embora tenha sido uma solução necessária, a falta de preparação e acesso desigual à tecnologia expôs as fragilidades do sistema educacional e acentuou a exclusão digital entre os estudantes de diferentes classes sociais. d) **Currículo e Diretrizes Educacionais**: O período também foi marcado por mudanças nas diretrizes curriculares e por uma ênfase



socioeconômicas. Embora as divisões políticas frequentemente pareçam desconectadas da base econômica, como Schlesener (2018, p. 67) aponta, “a origem dessas divisões está, de fato, na estrutura econômica da sociedade”. O não reconhecimento dessa realidade agrava as condições de subsistência das classes mais vulneráveis, que já enfrentam um cenário de precariedade. Em meio a isso, surgem moralismos superficiais, desprovidos de conteúdos éticos reais, que, ao invés de resolver as contradições estruturais, expõem ainda mais suas fragilidades. As formas discursivas, como sugere Dias (2014, p. 22), eliminam a subjetividade e a historicidade dos subalternos, capturando a subjetividade antagonista e conformista, o que reforça a luta de classes nas esferas cotidianas como a família, a escola e o trabalho.

O moralismo, portanto, atua como uma máscara que oculta as contradições históricas do sistema capitalista, revelando crises existenciais que antes pareciam inimagináveis. A ineficácia da equipe governamental, aliada à influência de grupos de poder que controlam as políticas educacionais, resultou em um colapso social e econômico. Esse colapso reflete a hegemonia de uma classe dominante que, como ressalta Schlesener (2018, p. 65), “ao não explicitar a posição política da qual faz parte, fala sempre de maneira abstrata, mistificando a realidade”. Nesse contexto, a democracia política torna-se uma aparência ilusória quando não é acompanhada de democracia social e quando não enfrenta as desigualdades estruturais.

em conteúdos que priorizavam uma formação técnica e utilitarista, em detrimento de uma educação mais crítica e reflexiva. Isso gerou preocupações sobre a formação integral dos alunos e a capacidade da educação de promover uma consciência crítica sobre questões sociais e políticas. e) **Atenção à Saúde Mental:** A pandemia trouxe à tona a importância da saúde mental dos estudantes e professores, que enfrentaram altos níveis de estresse e ansiedade. No entanto, as políticas de apoio psicológico nas escolas foram muitas vezes insuficientes, refletindo uma falta de investimento na saúde mental como parte integrante da educação. f) **Movimentos de Resistência:** Apesar dos desafios, também houve um fortalecimento de movimentos sociais e de resistência em defesa da educação pública e de qualidade. Educadores, estudantes e uma pequena parte da comunidade se mobilizaram para enfrentar as pautas que estavam sendo direcionadas pela equipe governamental deste período, para lutar por melhores condições de ensino e por uma educação que respeitasse a diversidade e promovesse a inclusão social. g) **Retrocessos em Direitos Educacionais:** Houve acentuados retrocessos em direitos educacionais, especialmente em relação a políticas de inclusão e diversidade. A implementação de medidas que visavam limitar a discussão, a análise crítica e inclusão de pautas ideológicas. Em síntese, como observa alguns dos documentos abaixo, este período foi de retrocesso e perdas significativas para a sociedade brasileira. Documentos consultados: Grilhões Invisíveis: as Dimensões da Ideologia, as Condições de Subalternidade e a Educação em Gramsci de Anita Helena Schlesener; Documentos Base da CONAE 2024; O Brasil nas trevas (2013-2020), de autoria de Luiz Filgueiras e Graça Druck; Brasil sob escombros de autoria de Juliana Paula.



A aliança entre os setores governamentais e essas elites reforça a perpetuação de privilégios, ignorando as necessidades da população e priorizando a manutenção de uma ordem injusta e desigual. Como afirma Dias (2014, p. 24), “a ideologia dos dominantes nunca é apresentada como ideologia, mas como projeto ou teoria, enquanto as dos antagonistas são sempre marginalizadas”. Esse processo se reflete nas políticas públicas, onde a educação é tratada como um custo a ser minimizado, semelhante a outros serviços públicos precarizados. Entretanto, o verdadeiro custo está na ignorância, na falta de uma educação sistematizada e na disseminação da desinformação, que alimenta uma atmosfera reacionária e conservadora.

As poucas pessoas que são autorizadas a participar da estruturação do sistema educacional, de forma controlada, são moldadas pela influência de tecnocratas que veem a educação como algo “neutro”, desprovido de seu potencial transformador. Nesse sentido, Dias (2014, p. 26) esclarece que “a captura da subjetividade antagonista é uma necessidade para a ordem capitalista, assim como a incorporação de lógicas que impedem questionamentos estruturais”. Essa captura limita o potencial crítico e subversivo da educação, favorecendo a manutenção da ordem vigente e a reprodução das desigualdades sociais.

No entanto, o entendimento desse enfoque “pressupõe que não exista uma natureza humana fixa e imutável, mas sim que a natureza humana é construída historicamente pelo conjunto das relações sociais determinadas historicamente” (Schlesener, 2018, p. 66-67). Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos participam ativamente na manutenção da estrutura hegemônica. De forma semelhante, para Vieira Pinto, os técnicos são cooptados para reproduzirem o pensamento da classe dominante.

Assim, os sistemas ideológicos funcionam em favor dos grupos dirigentes, que detêm o poder político, econômico e midiático, utilizando-os para abstrair e naturalizar a indiferença, a banalização das injustiças sociais e a perpetuação da hegemonia da classe dominante. Como ressalta Dias (2014, p. 27), “para a preservação do capital é essencial que política e economia sejam consideradas esferas separadas e autônomas no processo como um todo”.

Nesse sentido, Gramsci (2020, p. 29), em "Os Indiferentes", afirma que viver é tomar partido, expondo que “não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão, de assumir um



lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria; não é vida. Por isso odeio os indiferentes”. E, em seguida, acrescenta:

A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos, é o pântano que cerca a velha cidade e a defende melhor do que as mais rígidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque envolve em seus vórtices lodosos os agressores, dizimando-os e desencorajando-os até que desistam do empreendimento heroico. (Gramsci, 2020, p. 29).

A indiferença e a passividade são terrenos férteis para o desenvolvimento de ideias e movimentos perversos, assim como para o surgimento de moralismos e ideologias sorradeiras, propagadas dos púlpitos aos palanques. Essa passividade não é acidental nem uma fatalidade; trata-se de um projeto deliberado de distanciamento e exclusão das classes sociais, visando à manutenção do poder.

Edmundo Fernandes Dias (2014), ao discutir a “revolução passiva”, oferece uma chave essencial para compreender esses processos de mudança política e social em contextos marcados pela aparente estabilidade e continuidade institucional. Em sua análise, as revoluções passivas ocorrem por meio de mecanismos de adaptação e cooptação das elites dominantes, que preservam sua hegemonia ao mesmo tempo em que promovem mudanças superficiais para atender às demandas populares. Essas mudanças, embora possam parecer significativas à primeira vista, servem principalmente para manter o status quo e evitar ameaças reais ao poder estabelecido.

CRISE, LINGUAGEM E SUAS EXPRESSÕES HEGEMÔNICAS

É essencial revisitar as práticas educacionais com o objetivo de incorporar estratégias que promovam mudanças estruturais, contrapondo-se às iniciativas ideológicas superficiais, como a “escola sem partido”²² e outras propostas controversas. Além de enfrentar essas manifestações, é crucial compreender a política hegemônica em um âmbito global, fortalecendo novos componentes ideológicos por meio da reconfiguração da sociedade civil e da criação de novos instrumentos de formação da opinião pública, acessíveis e sem filtros.

²² Essa expressão compreende dois conceitos, o primeiro refere-se a um “movimento” que defende uma educação escolar neutra. No segundo, compreende o projeto de lei, denominado PLS 193/2016, que tem o objetivo de controlar o que os professores ensinam em sala de aula. (Politize. 2024).



A educação, sendo um processo ideológico e formativo, nunca é neutra. Ela reflete uma postura política, sempre vinculada ao contexto social e histórico em que está inserida. A partir da compreensão dessa realidade, emerge o imperativo de uma transformação social que resista às tentativas de desmantelamento das estruturas sociais estabelecidas.

Reconhecer e internalizar o contexto circundante é o primeiro passo para a mudança; ignorar essa necessidade resulta em alienação e empobrecimento — literal e simbólico. Como afirma Marques (2011, p. 26), “a interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribuiu para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários.”

O neoliberalismo²³, por sua vez, fundamenta-se na abstração de conceitos como liberdade e igualdade, oferecendo visões superficiais que ocultam os conflitos e as desigualdades reais. Essas noções confortam o imaginário popular, mas, desprovidas de raízes concretas, são apenas palavras vazias, sem força transformadora.

Dessa forma, compreende-se que a linguagem, longe de ser um instrumento neutro, é, na verdade, um elemento constitutivo das relações de poder e dominação. Como componente fundamental da superestrutura, a linguagem reflete e reproduz os padrões de pensamento hegemônicos, funcionando como meio de disseminação e perpetuação das ideologias dominantes. Para os sujeitos submersos nesse complexo campo ideológico, a capacidade de reconhecer e superar as condições de subalternidade é significativamente limitada, uma vez que sua visão de mundo é mediada e moldada por essa mesma estrutura que os subordina.

Neste período de “crise”²⁴ no Brasil, a interseção dos traços do capitalismo globalizado se exacerba, consolidando-se como a principal âncora que orienta tanto as ações governamentais quanto os discursos dos meios de comunicação. Dentro desse

23 “Enquanto a definição de “liberal” é ampla e abriga formas de pensamento bem diferentes entre si, a definição de neoliberal é mais específica. Trata-se de uma doutrina prática, voltada a ações econômicas concretas, já que poucos acadêmicos de fato se definem como neoliberais ou desenvolvem uma filosofia política ou econômica neoliberal. Também não existem muitas tentativas de definição rigorosa do termo. Dessa forma, o artigo de Williamson e as políticas do FMI e do Banco Mundial são o que temos de mais concreto sobre o que compõe o ideário neoliberal” (Politize. 2024).

24 Reiteramos o enunciado da “crise” enquanto projeto, “[...] a dita crise, criada de fora para dentro, é um projeto de desconstrução, com início, meio e fim, que percorre todos os vãos da vida nacional, mas se concentra na inviabilização do futuro do país, cortando de vez as possibilidades objetivas de retomada do desenvolvimento, pois todas elas dependem de ensino, pesquisa e tecnologia, o alvo mais frágeis.” (Carta Capital. 2024).



contexto, emergem características éticas moldadas pela crise política, fragilizando os laços políticos, democráticos e legítimos da sociedade brasileira. “A crise econômica, portanto, não pode ser dissociada do restante do sistema. A fraude, a dominação do capital e a exploração da classe trabalhadora não podem perpetuar-se indefinidamente,” como ressalta Mészáros (2011, p. 133), ao afirmar que os trabalhadores não podem continuar sendo os únicos penalizados e “mantidos sob controle”.

Segundo Mészáros (2011), “temos que ir além das manifestações superficiais dessas contradições e de suas raízes. Você consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão com vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente”. Mészáros reforça que essas contradições estão agora se tornando insustentáveis, crescendo como uma montanha. Essas manifestações estão associadas à elite econômica local, que se subordina ao capital internacional.

A burguesia, detentora dos meios de comunicação, constrói uma narrativa ideológica que visa apaziguar e cooptar a classe trabalhadora, fomentando a destruição das políticas públicas conquistadas ao longo do tempo, que buscaram reduzir as desigualdades sociais. Esse processo de alienação utiliza o poder midiático para incutir no imaginário popular a ideia ilusória de igualdade. Pretende-se transmitir a falsa impressão de que todos pertencem à mesma classe social e compartilham histórias de lutas comuns. No entanto, essas estratégias dissimulam as verdadeiras desigualdades de classe, desviando a atenção da luta de classes. São mecanismos que ocultam a realidade das disparidades sociais e criam a ilusão de participação equitativa, promovendo o discurso meritocrático que promete, falsamente, igualdade de oportunidades para todos.

Há um interesse claro da classe dominante em distorcer a consciência das massas por meio de teorias errôneas, com o objetivo de desviar a atenção e impedir que elas compreendam a divisão capitalista da sociedade entre ricos e pobres, bem como as razões pelas quais, tal divisão persiste. Como aponta Vieira Pinto, “na raiz de todas as teorias enganadoras encontra-se o desejo de ocultar ao povo em geral a origem e a causa da situação privilegiada de que goza essa minúscula minoria que compõe os denominados ricos” (1962, p. 14).

O objetivo de quem detém o poder é evitar que se descubra “quem são os ricos e por que se tornaram ricos”. Segundo Vieira Pinto, a riqueza geralmente resulta da exploração do trabalho dos despossuídos de bens. Ele observa que “o povo, a imensa



maioria da população, permanece em estado de pobreza porque, embora seja possuidor da força de trabalho que cria a riqueza, não é proprietário dos resultados do seu trabalho" (Pinto, 1962, p. 16).

A estrutura de poder conta com o controle dos meios de comunicação para difundir suas ideias e seu modelo de vida, de modo que, quando se dirigem às massas, fazem-no como a voz dominante. Como observa Vieira Pinto:

A aparelhagem de opressão ideológica não se exerce agora apenas pelo prestígio social ou pela cultura monopolizada por um pequeno grupo de letrados, mas também por intermédio das máquinas de difusão das ideias: a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, que ingressam assim na categoria dos bens mais valiosos entre os que compõem a fortuna dos ricos. (1962, p. 37).

A burguesia brasileira, conforme analisa Vieira Pinto (1962, p. 37), aliada ao capital externo e ao poder estatal, é uma classe que se adapta aos contextos, mas carece dos valores revolucionários observados em outras realidades históricas. A burguesia nacional exhibe uma estrutura parasitária, historicamente passiva e incoerente, ao mesmo tempo em que busca se aliar ao capital estrangeiro para garantir sua permanência no poder. “Por um lado, seus interesses, em princípio, se opõem ao do capital estrangeiro; por outro, reconhece que, sem aliança com o capital forâneo, ficaria sem apoio ou teria de buscar proteção nas massas trabalhadoras que explora” (Pinto, 1962, p. 37).

Nesse contexto, a dominação ideológica se sustenta sob o disfarce de um suposto ideal inclusivo de educação e políticas públicas, amplamente difundido pelos meios de comunicação. A escola pública, em particular, enfrenta o desafio constante de travar batalhas pelo esclarecimento, muitas vezes começando por dentro de seus próprios muros. Neste cenário, torna-se urgente promover uma educação que resista à uniformidade do pensamento e à banalização das desigualdades – um exercício de pensamento crítico e independente, que rejeite o conformismo.

Hannah Arendt (2001) descreve a necessidade de “pensar sem corrimão”, ou seja, de pensar livremente, sem ser guiado por tradições ou padrões preestabelecidos. O “corrimão” aqui simboliza a tradição que, devido às crises históricas, perdeu sua confiabilidade como guia. Arendt argumenta que essa ruptura expõe a fragilidade da sociedade e questiona os valores e conceitos que outrora orientavam o pensamento.



Conforme aponta Schlesener (2009, p. 158), ao se referir a Gramsci, “a educação não se restringe ao espaço escolar, mas faz parte da vida e da luta das massas trabalhadoras por sua identidade e autonomia”. Segundo ela, o trabalhador só pode se tornar dirigente a partir das suas lutas concretas, e é nesse contexto que a educação deve ser pensada.

Os desafios atuais demandam uma educação omnilateral e crítica, que forneça aos estudantes as ferramentas necessárias para interpretar as transformações em curso de maneira profunda e contextualizada. Tal educação deve permitir a compreensão das inovações sem reduzi-las, reconhecendo suas complexidades e nuances. É essencial capacitar os estudantes a compreenderem as categorias sociais e políticas em seus contextos específicos, possibilitando uma análise mais ampla e informada das questões contemporâneas.

A EDUCAÇÃO E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Segundo Schlesener (2009, p. 70), as características contemporâneas são as de uma “crise de civilização”, em “que não se vislumbra nenhum movimento de resistência ou de organização política que tenha densidade suficiente para iniciar um processo radical de mudança”. O modelo capitalista, arrolado nas reformas neoliberais, está numa condição hegemônica, em que cada vez mais corpos e mentes comungam das mesmas ideologias estonteantes do capital.

O neoliberalismo político se consolidou como um grupo econômico nacional que busca implementar medidas para concretizar a chamada “reforma” do Estado. Essas medidas advogam por uma intervenção mínima do Estado na economia, transferindo para o setor privado as responsabilidades de gestão econômica, especialmente quando há lucro envolvido. Essas narrativas são respaldadas por uma estrutura presente na administração direta do Estado brasileiro, que age como síndicos de uma burguesia disfarçada e parasitária.²⁵

25 Burguesia parasitária, é o termo usado para descrever uma classe que se beneficia do trabalho de outros, sem produzir nada de valor real.

Marx argumenta que a burguesia se beneficia do trabalho dos proletários sem contribuir diretamente para a produção de riqueza. Ele descreve a burguesia como uma classe que explora o trabalho e acumula riqueza às custas do proletariado. Embora Marx não use o termo “burguesia parasitária”, suas ideias sobre a exploração do trabalho e a acumulação de capital pela burguesia podem ser interpretadas como uma crítica à burguesia como uma classe parasitária. (Linden, 2016).



Schlesener (2009, p. 71) também defende que a ausência de um conjunto de medidas regulamentadoras do mercado “deixa ao jogo e à ambição dos interesses privados, a especulação descontrolada como danos graves do processo produtivo, mostram-se como as grandes falhas dessa política”, são características do “tempo” que o homem contemporâneo tem em mãos, “cujas consequências foram o aprofundamento das desigualdades sociais que relegaram grandes populações das várias regiões do mundo a mais extrema miséria”.

Os momentos atuais seguem a lógica hedonista e esse contexto reflete na sociedade e também no ser humano individualmente considerado.

De acordo com Bauman (2015), a modernidade gera uma sensação de desconforto, cuja a instabilidade se tornou a norma e as pessoas não se sentem felizes. Imersas em um contexto de egoísmo, autoafirmação e competição constante com os outros. Essas percepções destacam o individualismo contemporâneo, que é vazio de significado e se resume a meras ilusões e cinzas.

A infelicidade nos tempos atuais é atribuída a diversas razões. Bauman (2015) explica que, no passado, a falta de conhecimento era vista como a causa de todos os problemas, no entanto, hoje em dia, o ser humano está cercado de informações, todas ao alcance das mãos, graças à internet. Mesmo com essa abundância de dados, o acesso fácil e instantâneo a fragmentos da realidade não necessariamente resulta em maior sabedoria ou capacidade em comparação com outras gerações. O tipo de "conhecimento" adquirido na contemporaneidade tende a ser temporário e superficial, proporcionando apenas noções fragmentadas e redundantes em vez de uma compreensão completa. Como resultado, o indivíduo acaba permanecendo na superfície das coisas, incapaz de mergulhar na profundidade do conhecimento.

Portanto, nota-se que o que se tem em mãos para a leitura de mundo é bastante frágil, não se tem consistência, não tem forma, como diz Bauman (2015), “é líquido”. Esse entendimento permeia objetos, relacionamentos e conhecimentos. O ser humano transforma-se em um ser insaciável vivenciando um vazio existencial, o que é para Schlesener (2009, p. 156) “o vazio de um momento que parece sem perspectivas de futuro, sem futuro”.

Educar hoje em dia é enfrentar essa realidade de superficialidade e transitoriedade. Isso leva a questionar qual é o papel da educação e dos professores.



Como se encontrar nesse vazio saturado de tecnologia e teorias educacionais? Bauman (2009, p. 155) argumenta que para superar esse modelo, é necessário uma reestruturação do processo produtivo e uma mudança nas relações de trabalho. Ele afirma que "o capitalismo mudou, como é sua característica, mas a dominação do homem e da natureza não apenas continua, como se aprofunda, assumindo novas formas antes desconhecidas". Portanto, uma educação crítica, engajada e transformadora não pode deixar de levar em conta essas estruturas em movimento.

Portanto, é nesse contexto de coisificação do ser humano e de suas interações que se propõe repensar a educação. É crucial conceber um projeto educacional que prepare o indivíduo para os desafios da vida, que seja inovador e que tome posição diante das complexidades e fragilidades das relações humanas na contemporaneidade, as quais estão repletas de significados e ideologias influenciadas pelo poder.

A reflexão sobre o processo educativo deve abarcar diferentes perspectivas e compreender a transitoriedade das estruturas mentais diante das circunstâncias e relações humanas. Um projeto educacional fundamentado na realidade reconhece o ser humano como um indivíduo "autônomo", muitas vezes individualista e focado em sua própria identidade e imagem. Este indivíduo frequentemente está imerso em uma cultura consumista e em uma busca constante por progresso.

Contribuindo com esse entendimento, Schlesener (2011, p. 56) reitera que a ideia de progresso contínuo é uma ilusão, nela se oculta uma matriz de exploração do trabalho mediante as estruturas de poder que aprisionam os homens. "A ideia de progresso é um mito porque oculta a verdadeira natureza das relações que se instauram na sociedade moderna". [...] "O mito esconde a essência sob uma aparência e subverte no imaginário as relações reais".

A leitura de mundo ora proposta está centrada na compreensão das relações de poder através da luta pela hegemonia. Sugere-se que a teoria do conhecimento contemporânea precisa se basear na mudança do modo de produção para ser autêntica.

A EDUCAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE FORMAÇÃO

No mundo contemporâneo, as vozes do sistema neoliberal se mesclam com o discurso ideológico, econômico e político presentes nas relações entre as gerações, integrando-se nas novas narrativas. Esse cenário tende a se homogeneizar, esvaziando a



consciência crítica do ser humano ao sobrecarregá-lo com bens materiais e criar necessidades artificiais. O valor é atribuído ao que se possui e ao que se aparenta ser. Nessa contemporaneidade, a coisificação do mundo e do ser humano é uma característica marcante .

Segundo Vieira Pinto (1962, p. 17), a educação diz respeito a existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos. É uma percepção ampla e pela qual deve ser julgado e analisado todo seu entorno:

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência, educação é formação (*Bildung*) do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos.” (Pinto, 1962, p. 17)

Essa palavra alemã, *bildung*, genericamente pode ser considerada “cultura”, mas, sobretudo, representa uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo.

Assim, o entendimento da educação como uma formação para a vida implica em preparar indivíduos que sejam capazes de liderar e não apenas de seguir, sendo a autonomia um elemento essencial nesse processo educacional de emancipação.

Para Gramsci, "a educação não se separa da luta pela hegemonia da ação política que possibilita ampliar a compreensão das contradições da sociedade capitalista e pensar e nova estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana. (Schlesener, 2009, p. 21).

Esse sistema possui suas estruturas, fundamentos e referências, surgindo o conhecimento como resultado da jornada existencial humana, embasado na razão humana. O conhecimento, como afirmou Vieira Pinto, (1979, p.13), é "a capacidade de dominar a natureza, transformá-la e adaptá-la às nossas necessidades", desde os estágios primordiais da vida biológica até as mais elevadas esferas da consciência humana. Esse conhecimento se amplia através da pesquisa científica, que tem como objetivo final enriquecer a consciência com novas ideias, representando aspectos previamente desconhecidos da realidade externa.

Conforme Vieira Pinto, (1979, p.13), os desafios contemporâneos reforçam a necessidade de uma base científica sólida como forma de prevenir possíveis retrocessos.



Para o país que precisa libertar-se política, econômica e culturalmente das peias do atraso e da servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si, mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as ideias de que necessita para se compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo. (Pinto, 1979, p. 4)

Vieira Pinto ressalta a importância da ciência na compreensão do mundo e de suas questões. Para ele, é através da consciência do mundo que se possibilita uma compreensão não determinada dos fatos, ou seja, “uma coisa é o conhecimento como ato vivo de apreensão de um conteúdo da realidade, outra é a sua formulação mental e depois verbal”. (Pinto, 1979, p.15)

Segundo Vieira Pinto, o indivíduo constrói sua própria consciência dentro de um contexto de consciência social que o envolve, molda e condiciona. Como ele afirma, “não é a consciência de ninguém em particular, nem pode ser hipostatizada, conforme fazem certas escolas de filosofia sociológica, mas é a representação consciente feita pela generalidade da comunidade” (Pinto, 1979, p.19). Portanto segundo Vieira Pinto, o conhecimento é a expressão da realidade adquirida por meio das percepções, relações e inferências de suas próprias capacidades.

Educar vai além da simples transmissão de conhecimento, é situar-se e permitir que o outro se posicione diante das complexas interações entre o homem e o mundo. À medida que as relações humanas com o mundo evoluem de uma simples adaptação para uma transformação deliberada da realidade externa, o trabalho emerge como o meio pelo qual o homem começa a moldar o mundo ao seu redor, criando objetos e condições necessárias para a existência dele. Nesse contexto, o homem não apenas “está” no mundo, mas o produz ativamente, conferindo-lhe uma dimensão humana por meio de sua presença e da organização social que ele estabelece através do trabalho. Esse processo de produção do mundo humano evidencia a centralidade da educação em orientar o indivíduo a compreender e intervir no mundo em que vive, capacitando-o a desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

CONCLUSÃO



Para concluir as questões discutidas ao longo deste texto, é importante observar alguns pontos que, embora não tratados diretamente, foram referenciados e são essenciais para uma compreensão completa. Em primeiro lugar, o pensamento educacional só pode ser compreendido em seu contexto histórico e social, uma vez que ele é sempre uma expressão de uma realidade mais ampla. Em segundo lugar, conceitos não devem ser analisados de forma isolada; são interdependentes e só adquirem sentido em um conjunto integrado de fatores sociais e políticos. A temporalidade em que os sujeitos se encontram é também fundamental, pois molda as formas de compreensão e intervenção na educação contemporânea. Finalmente, a educação precisa ser entendida como um processo que reflete e responde à realidade histórica e humana, fundamentando-se nessa base para promover mudanças significativas.

Além disso, cabe ressaltar a crítica ao que chamamos de "hemerocentrismo", a tendência de absolutizar o conhecimento científico atual sem considerar sua historicidade e seus limites. Embora essa questão não tenha sido profundamente abordada no artigo, ela foi tocada e é crucial para refletirmos sobre as limitações de uma visão hegemônica da ciência, que muitas vezes se coloca como a realização máxima do saber, negando outras formas de conhecimento e percepção do mundo.

Por fim, acreditamos que a ação educativa transformadora começa com o rompimento dos preconceitos tradicionais e com o enfrentamento da realidade concreta. Somente assim podemos reconhecer as grandes estruturas e limitações impostas à educação, libertando-a de ser um instrumento de manutenção do pensamento hegemônico e possibilitando seu papel emancipador

Com isso, observa-se que as crises são projetadas em benefício dos interesses próprios desse sistema de condução, resumidamente, do modo de produção, e que beneficiam apenas a ele. Nesse modelo, o Estado assume o papel de manter e viabilizar o imperialismo e o monopólio a uma camada da burguesia que controla a política e a economia de maneira expansionista, as quais, é importante ressaltar, caminham lado a lado.

Uma educação que não promove a autonomia individual serve aos interesses da estrutura de produção, perpetuando uma estrutura de poder, onde os projetos, interesses políticos e o sistema de produção estão alinhados. Somente uma abordagem educativa crítica, que amplifica as vozes, desvende a influência oculta do imperialismo, o domínio



das corporações e a subserviência do Estado, pode abrir caminhos para romper com a crise educacional.

A análise das estruturas e da dinâmica de acumulação, e seus desdobramentos, pode definir as estratégias de enfrentamento, seja através da educação ou de outras formas e manifestações de resistência.

Em suma, a ação crítica na realidade visa promover uma educação política que contribua para a emancipação. Sendo necessário considerar a forma social em que a educação é realizada, pois seu fechamento nesse contexto a torna vulnerável. A reflexão educacional assume um caráter político-social crucial, já que julgar-se esclarecido sem verdadeiramente sê-lo, representa uma condição falsa e perigosa.

O termo "semiformação" educacional exprime uma condição de momento e descreve um fenômeno paradoxal: ao mesmo tempo que obscurece, também convence. Refere-se a um conhecimento superficial, uma compreensão parcial que parece convincente à primeira vista, mas que carece de profundidade. Essa "semiformação" pode ser perigosa, levando à aceitação acrítica de ideias não examinadas. Embora proporcione uma equivocada sensação de segurança, pois muitas vezes esconde a falta de entendimento verdadeiro, resultando em ações baseadas em premissas frágeis.

Portanto, a educação vai além de dominar códigos de linguagem ou conquistar graus e títulos. Ela tem um caráter crítico de superação e engajamento. Desempenha um papel de resistência contra a barbárie, rejeitando as solicitações frequentes e ingênuas por tolerância e serenidade.

Por sua vez, a educação está presente nos diferentes pensamentos, atuando como resistência e, ao mesmo tempo, como instrumento de manutenção da estrutura burguesa. Toda educação é ideológica, resta saber a qual ideologia ela serve. A educação é utilizada pela classe dominante e pelos países "desenvolvidos" como instrumento de dominação. A ideologia também reside em atribuir equivocadamente a "falta de educação" como a razão de todos os males presentes nas classes pobres.

Tomar partido é compreender que os espaços educacionais, que deveria ser um recinto da cultura universitária nacional, é também um reduto de ideias externas do dominador, um processo de aculturação "o que aprendem nos livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos 'técnicos' e 'especialistas' que manda buscar lá fora para nos virem dizer o que somos, e o que devemos fazer" (Pinto, 1986,



p. 39). Portanto, o resultado da cultura produzido na universidade nestas circunstâncias, segundo Viera Pinto é uma “cultura alienada”.

Para a classe operária assumir a direção política, é essencial liderar culturalmente. Isso requer uma visão independente que reflita as contradições cotidianas, representando os excluídos e desafiando o domínio da classe e do capital transnacional.

O capitalismo mudou sua abordagem em relação à educação, uma característica inerente ao modo de produção que persiste ao longo do tempo, adaptando-se às oscilações do mercado. Essas mudanças têm ampliado as formas de dominação sobre a humanidade e a natureza.

Essa abordagem educacional visa não só transmitir informações, mas também cultivar uma compreensão crítica e histórica da realidade, resultando na formação de uma identidade de classe que se manifesta em uma nova consciência individual e engajada. Essa individualidade não só reconhece, mas vive plenamente a liberdade e a autonomia política. O caráter intrinsecamente político da educação, como destacado, levanta questões profundas sobre as condições fundamentais para construir uma civilização autônoma.

Essas condições abrangem aspectos econômicos, sociais e políticos que, quando bem estabelecidos, promovem o surgimento de um novo tipo de ser humano. Apesar de parecer distante a busca pelo ideal de formar um indivíduo renovado em uma sociedade baseada na liberdade e no respeito mútuo, essa aspiração criativa se torna uma necessidade vital para guiar o caminho em direção a um futuro mais humano e justo.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Hannah. **Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975**. Org. Jerome Kohn. Trad. Beatriz Andreiuolo ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Entrevista com Zygmunt Bauman**. Concedida a Alberto Diniz no Observatório da Imprensa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kM5p8DqgG80>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Sociologizando a arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

CARVALHO, Carliane de Oliveira. **O poder nas mãos do povo. A realização do Direito em tempos de Crise e a revisão das funções do STF**. Curitiba: Juruá, 2020.

CENTRO METRÓPOLI. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/pesquisadoras-analisam-agenda-educacional-do-governo-bolsonaro-faltam-evidencias-de-que> Último acesso em: 18 set. 2024.

CORREIO BRASILIENSE. **Retrocesso na educação marca o fim do governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5062795-retrocesso-na-educacao-marca-o-fim-do-governo-bolsonaro-veja-problemas.html> Último acesso em: 18 set. 2024.

CNTE. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/relembre-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao-publica-a9dc>. Último acesso em: 18 set. 2024.

COWAN, Benjamin Arthur. **Nosso Terreno crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira**. Trad. Clara Furtado Lins. In.: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 30, n° 52, p.101-125, jan/abr 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. **HEGEMONIA: NOVA CIVILTÀ OU DOMÍNIO IDEOLÓGICO?** In.: **História e Perspectivas**, Uberlândia (50): 89-146, jan./jun. 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**. São Paulo: Unesp, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. **O Brasil nas trevas (2013-2020)**. Editora Boitempo, 2023.

GRANSCI, Antonio, 1891-1937 **Odeio os indiferentes** [recurso eletrônico]: escritos de 1917 / Antonio Gramsci; seleção, tradução e aparato crítico Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. recurso digital (Escritos gramscianos).

LINDEN, Marcel van der. **O Conceito Marxiano de Proletariado: uma Crítica**. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v614>. ARTIGOS • Sociol. Antropol. 6 (1) • Jan-Apr 2016

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.



MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. In: **Relações internacionais**, Março 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Último acesso em: 07 abril 2024.

PAULA, Julina. **Brasil sob Escombros**. Coleção Tintas Vermelhas, Editora Boitempo, 2023

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 537 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editôra Universitária, 1962.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. MEC/ISEB, Rio de Janeiro, 1959

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962

POPPER, Karl Raimund. **A lógica das Ciências Sociais**. 3ª ed. Trad. Estevão de Rezende Martins. Ap. Cláudio Muniz Accquarone Filho; Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

POLITIZE. **Escola sem partido, entenda a polêmica**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwg-24BhB_EiwA1ZOx8vi3VoGWEIXR1zdun809fg9TfkLGpiTCIsuT9QZtu83rdi4fVgRPGRoCKM8QA_vD_BwE>. Último acesso em: 25 out. 2024.

POLITIZE. **Neoliberalismo. O que é**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/>>. Último acesso em: 25 out. 2024.

RIBEIRO, D. **Sobre o Óbvio**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Os Tempos da História**. Leituras de Walter Benjamin. Brasília, DF: Liber Livro, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena; OLIVEIRA, André Luiz; ALMEIDA, Tatiani Maria Garcia. **A Atualidade da Filosofia da Práxis e políticas Educacionais**. Curitiba, UPF, 2018.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

SCHLESENER, Anita Helena. **Política e Educação**: a questão da cultura na formação dos trabalhadores. ENFIL – Revista encontro com a filosofia. ANO 8, N.11. 2020 (FEV-JUN). ISSN 2317-6628. UFF – Rio de Janeiro, 2020

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SILVA FILHO, L. M. da. A ensaística de Hannah Arendt em "A crise na educação". **Educação e Filosofia, Uberlândia**, v. 33, n. 67, p. 307–347, 2019. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-43064. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/43064>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CONAE 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>
Último acesso em: 02 out. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> . Último acesso: 01 out. 2024.

REPOD - **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 12, n. 2, p. 795-814, mai./ago. <https://periodicos.ufsm.br/reveduacao/article/view/70211/61505>; 2023

CARTA CAPITAL. **O golpe em curso**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-em-curso-so-para-quando-desmontar-o-estado-nacional/>. Último acesso em 18 set. 2024.
Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 223-243, maio/ago. 2017
<http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n2p223-243>.